

caderno de retorno

Iluminações para superar o capitalismo: um debate com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi

Illuminations for overcoming capitalism: a debate with Nancy Fraser and Rahel Jaeggi

Gabriel Miranda¹

¹ Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Carlos, São Paulo, Brasil. Universidad de Salamanca, Departamento de Derecho del Trabajo y Trabajo Social, Salamanca, Espanha. E-mail: g.m.b94_@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3766-6303>.

Submetido em 30/07/2022.
Aceito em 07/09/2022.
Pré-Publicação em 08/10/2022.

Como citar este trabalho

MIRANDA, Gabriel. Iluminações para superar o capitalismo: um debate com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 672-678.

insurgência

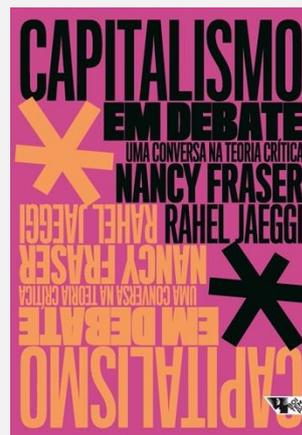
InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 1 | jan./jun. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Iluminações para superar o capitalismo: um debate com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi

FRASER, Nancy; RAHEL, Jaeggi. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.



Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica é uma obra que foi publicada originalmente nos Estados Unidos, em 2018, e, por iniciativa da Editora Boitempo, apresentada ao público brasileiro em 2020, com tradução de Nathalie Bressiani. A produção pode ser compreendida como um ensaio – no melhor sentido do termo – sobre o modo de produção capitalista e a sociabilidade que ele funda. Se tal objeto de análise nunca perdeu sua validade acadêmica e social, é mister registrar que o contexto no qual o livro foi produzido – marcado pelo colapso ambiental iminente, pela ascensão de movimentos reacionários e pela deterioração das condições gerais de vida da classe trabalhadora – posiciona o debate acerca da necessária superação do capitalismo na agenda do dia.

Em relação à forma de exposição, convém mencionar que, conforme anunciado no subtítulo, trata-se de uma obra que expõe um diálogo entre as duas autoras, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. Um livro, portanto, escrito a quatro mãos, ainda que Fraser assumo o protagonismo na maior parte da publicação, notadamente nos capítulos um e dois, nos quais Jaeggi atribui a si a função de abrir os caminhos e provocar a crítica de Fraser. O estilo heterodoxo de escrita da obra, oscilando entre a exposição de perguntas e respostas, pode parecer incômodo em um primeiro momento, mas tal impressão não se estende para além das primeiras páginas, quando o(a) leitor(a) já se encontra imerso nos debates propostos pelas autoras.

Ao longo do livro, estruturado em quatro capítulos, as autoras buscam fornecer os elementos necessários para conceituar, contextualizar historicamente, criticar e contestar o capitalismo. Trata-se de um termo que, apesar de sua recorrência no léxico de movimentos sociais e setores ligados à academia, por vezes não recebe a atenção que merece, sendo tratado de maneira reducionista, simplista ou fragmentada, o que promove implicações tanto para sua compreensão quanto para a construção de uma estratégia de superação da ordem do capital. Nesse sentido, o livro busca preencher essa lacuna, ao passo que a presente resenha buscará apresentar uma análise crítica da obra.

Capitalismo em debate se destaca tanto pelo resgate do que já foi produzido pelas autoras ao longo das últimas décadas quanto pelas sínteses alcançadas e fendas abertas pelos diálogos expostos. Na introdução, a obra apresenta um diagnóstico que é, ao mesmo tempo, um lamento, pelo menos para Nancy Fraser: o fato da assim chamada teoria crítica ter, em certa medida, abandonado, após o esforço de Habermas na proposição da *Teoria da ação comunicativa*, a sua proposta original, que tinha a intenção de constituir um “projeto interdisciplinar que visava compreender a sociedade como uma totalidade” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 18). Desse abandono, de acordo com as autoras, decorre também o apagamento da fronteira que separava o liberalismo igualitário da teoria crítica. Portanto, uma vez que a análise do capitalismo se enfraqueceu nos trabalhos da última geração da teoria crítica, Fraser e Jaeggi convocam para si a tarefa de resgatar pontos nevrálgicos da crítica da economia política, tendo em vista que tanto a teoria crítica quanto a doutrina liberal e, mesmo o pensamento pós-estruturalista, se encarregaram de promover o apagamento desse debate.

No primeiro capítulo da obra, intitulado *Conceitualizando o capitalismo*, Nancy Fraser assume o protagonismo da discussão e apresenta como objetivo desenvolver uma concepção expandida do sistema capitalista. A fim de preparar o terreno para o debate sobre as condições de fundo do capitalismo, as autoras propõem iniciar a exposição por meio de quatro características centrais da sociabilidade capitalista, delineando esse início como um “começo ortodoxo” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 29). Tais características são: (1) o imperativo da propriedade privada, do qual se desdobra a divisão da sociedade entre proprietários e não proprietários; (2) a existência de um mercado de trabalho “livre”¹, em contraposição aos modos de produção anteriores; (3) a dinâmica sistêmica de acumulação de capital, que impulsiona, entre outras coisas, constantes reformatações das formas de exploração do trabalho e a subsunção das necessidades humanas pelo lucro; e (4) a existência do mercado como uma instituição que, por meio das funções distributiva, alocativa e formativa, adquire centralidade na organização social.

Diante disso, as autoras se dedicam, em seguida, a identificar “as condições de possibilidade de fundo”, ou seja, o cenário no qual se ancoram as quatro características centrais do capitalismo. Nesse intento de desvelar aquilo que, por vezes, oculta as tramas da dominação na sociedade burguesa, Nancy Fraser desenvolve, com auxílio das provocações de Rahel Jaeggi, suas reflexões acerca daquilo que denominarei, para evitar as armadilhas do determinismo que as

¹ Utilizo o termo livre entre aspas pelo fato de que, conforme é apontado por Karl Marx (2011, p. 244) no livro *I d'O Capital* e reiterado pelas autoras (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 30), “o trabalho, no capitalismo, é livre em duplo sentido. Os trabalhadores são livres para trabalhar, mas também são ‘livres para morrer de fome’”.

autoras pretendem superar, de pares dialéticos da sociabilidade burguesa, mas que, no livro, recebem a denominação de “planos de fundo”.

O primeiro par dialético apresentado é aquele que trata da relação entre exploração e expropriação. Partindo das contribuições de Karl Marx (2011) no capítulo 24 de *O Capital*, sobre a “assim chamada acumulação primitiva”, Fraser elucidada que o processo de constituição de uma classe trabalhadora livre só fora possível graças a um processo anterior de despossessão e de expropriação. Contudo, tal como esboçaram anteriormente Rosa Luxemburgo (1988), com o conceito de “anexação da terra”, e, posteriormente, David Harvey (2004), com o conceito de “acumulação por despossessão”, a acumulação primitiva não se constitui como um evento circunscrito às origens do modo de produção capitalista, mas como uma característica sistêmica da sociabilidade burguesa. Sendo assim, se, por trás da troca, há a exploração, expressa na extração de mais-valor, por trás da exploração, há a expropriação, direcionada principalmente a grupos não brancos situados nos países da periferia do sistema-mundo.

Em seguida, a partir das contribuições legadas por um vasto conjunto de feministas marxistas, Fraser lança luz para o fato de que as atividades relacionadas à reprodução social – isto é, o trabalho doméstico e as práticas de “cuidado”, entendidas socialmente como tarefas que devem ser desempenhas por mulheres – são elementos institucionalizados na ordem social capitalista e se constituem como imprescindíveis para a reprodução dessa sociabilidade. Portanto, se, por um lado, é incorreto analisar os processos de exploração desconsiderando as formas contínuas de expropriação, mostra-se igualmente equivocado analisar a produção de mercadorias sem considerar o seu par dialético, a reprodução social, pois, entre outras razões, “historicamente, a separação entre trabalho assalariado ‘produtivo’ e trabalho não pago ‘reprodutivo’ sustentou as formas capitalistas modernas de subordinação de mulheres” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 49).

Ao longo do capítulo também se discorre acerca das contradições entre os pares natureza humana e natureza não humana, bem como economia e política. No que concerne ao primeiro, o debate parte das contribuições advindas do ecossocialismo e do pensamento ecomarxiano, para evidenciar o uso indiscriminado e extrativo da natureza como uma condição imprescindível para a sustentação do capitalismo. E, quanto ao par dialético economia e política, seguindo a tese marxiana que considera o “Estado como comitê executivo da burguesia”, Fraser aponta o poder estatal e o Direito como peças indispensáveis para a manutenção do capitalismo e da sociabilidade burguesa.

Se, no primeiro capítulo, situam-se as bases do capitalismo como uma ordem social institucionalizada, reconhecendo a universalidade desse modo de produção, no capítulo *Historicizando o capitalismo*, as autoras buscam pelas suas particularidades,

demarcando-o como uma ordem social histórica que se encontra em constante processo de reformatação, desenvolvendo incessantemente novos mecanismos de dominação e exploração do trabalho, de mercantilização da natureza e do “cuidado”, bem como reinventando as formas de organização do poder político. Sendo assim, conferem especial atenção a elementos que, embora perenes na sociabilidade capitalista, adquirem diferentes configurações ao longo dos distintos regimes de acumulação, como é o caso do racismo e do sexismo, mediadas pelo tempo histórico e o contexto geográfico.

Mantendo o tom didático da exposição, o terceiro capítulo, intitulado *Criticando o capitalismo*, apresenta ao(à) leitor(a) um conjunto de estratégias de crítica à sociabilidade capitalista. Para tanto, reúnem e discutem as modalidades de crítica funcionalista, moral e ética, evitando a armadilha de uma crítica liberal que toma as desigualdades como falhas acidentais do capitalismo. Deste modo, a crítica à sociabilidade capitalista deve considerar a pobreza e brutal desigualdade produzidas pelo capitalismo, mas, ao mesmo tempo, denunciar o caráter ontologicamente injusto de seu funcionamento e demonstrar como esse sistema se constitui em uma sociabilidade que cerceia a potencialidade dos sujeitos, reduzindo as possibilidades do gênero humano se relacionar com o mundo. Seguindo esse caminho, as autoras propõem uma crítica imanente, isto é, uma crítica que aglutine as anteriores e apresente o capitalismo como “totalmente incapaz de alcançar os critérios por meio dos quais se define” (FRASER; JAEggi, 2020, p. 159). De todo modo, independentemente de qual classificação seja dada à crítica, acredito que a tarefa colocada é, conforme as palavras de Fraser, compreender “por que as coisas acontecem como acontecem e o que podemos fazer a respeito” (FRASER; JAEggi, 2020, p. 147).

Por sua vez, no último capítulo, intitulado *Contestando o capitalismo*, que também encerra a obra, são apresentadas algumas questões-chave sobre a organização das lutas sociais contra o capitalismo, particularmente em seu atual estágio, financeirizado e neoliberal. Para tanto, Fraser desenvolve a noção de *lutas de fronteiras* como esquema teórico-político mais adequado para dar conta das tensões sociais que o capitalismo gesta. Contudo, ao operar essa distinção entre lutas de classe e lutas de fronteira, demarcando as primeiras como insuficientes, contribuiu-se para promover, ao meu entender, um duplo mal-entendido.

Ora, Fraser informa que sua concepção de luta de fronteira é possível por conceber o capitalismo não apenas como um sistema econômico. Porém, quem, no campo marxista, concebe o capitalismo apenas como um sistema econômico? As autoras não tocam nesse ponto. Apenas se referem, de forma vaga, ao longo de todo o livro, a uma “ortodoxia” ou a “paradigmas ortodoxos”. Além disso, seguindo a tradição lukacsiana, o emprego do termo “marxismo ortodoxo” não é adequado para se referir a algo que não designe fidelidade ao método desenvolvido por Marx

(LUKÁCS, 2018). Por isso, ao tratar a ortodoxia marxista como sinônimo de economicismo, as autoras contribuem para reforçar uma espécie de espantinho do marxismo, atribuindo a ele determinadas características como se essas lhes fossem próprias.

Por fim, o livro também apresenta um debate em torno do conceito de luta de classes, por vezes simplificado de maneira a desconsiderar a complexidade da classe trabalhadora e adotar como referência um trabalhador universal: homem, branco e heterossexual. Ao que parece, tal compreensão deriva, assim como a maioria das distorções acerca do pensamento marxiano, de um apagamento da dimensão dialética, imprescindível para o entendimento da obra de Marx e Engels. Ou, ainda, pode ser um reflexo do abandono da ortodoxia, que considera, com base na dinamicidade da realidade, a necessidade de uma constante atualização teórica. Para que o conceito de luta de classes seja tratado em sua totalidade e consiga, assim, atingir o seu potencial político, é necessário considerar as opressões de gênero, raça, orientação sexual, território e demais sistemas classificatórios que formatam as experiências de trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo.

Afinal, não são as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo também constitutivas da luta de classes e por ela constituídas? Sendo assim, tratá-las em polos opostos não cumpre a função de enfraquecer a potência das lutas sociais? Nesse sentido, o desafio teórico-político não consiste em estabelecer uma oposição entre a luta de classes e as lutas contra opressões de raça, gênero, sexualidade etc. Mas, ao contrário, reconhecer a diversidade da classe trabalhadora e considerar que as lutas das mulheres, das pessoas heterodivergentes e da população negra (para citar alguns exemplos) devem estar integradas a uma perspectiva de classe e vice-versa.

Ainda que conserve discordâncias em relação a algumas das discussões expostas ao longo do livro, é inegável que o esforço intelectual sintetizado na obra adquire centralidade nos debates contemporâneos sobre o capitalismo, fornecendo reflexões para além daquelas oferecidas pelo liberalismo e pelo chamado pensamento pós-moderno. Em linhas gerais, trata-se de uma instigante discussão, que busca colocar em prática aquilo que é característica basilar da teoria crítica: compreender os constantes processos de reformatação do capital e construir um conhecimento atrelado aos necessários movimentos de superação da ordem burguesa, pois esta, conforme apontado ao longo do livro, é incompatível com realização da pluralidade humana, com os princípios democráticos e com a satisfação das necessidades dos seres vivos.

Referências

FRASER, Nancy; RAHEL, Jaeggi. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição para a explicação econômica do imperialismo*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (Livro I, 2. ed)*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Sobre o autor

Gabriel Miranda

Doutor em Psicologia, mestre em Psicologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Carlos, Brasil), com bolsa da CAPES, e pesquisador visitante no Departamento de Derecho del Trabajo y Trabajo Social da Universidad de Salamanca (USAL, Salamanca, Espanha), com bolsa do Grupo Coimbra. Ademais, é pesquisador associado ao Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV-UFSCAR), membro do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (GPME-UFRN) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV-UFRN).